

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.662 - MG (2019/0354200-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**SUSCITANTE** : **RADIAL DISTRIBUICAO LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**SUSCITANTE** : **SUPERMIX COMERCIAL S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **LEONARDO DE LIMA NAVES E OUTRO(S) - MG091166**  
CAROLINA DE PINHO TAVARES - MG097753  
RICARDO OLIVEIRA DE SOUZA - MG106687  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA EMPRESARIAL DE FAZENDA**  
**PÚBLICA E REGISTROS PÚBLICOS DE CONTAGEM - MG**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE CONTAGEM - MG**  
**INTERES.** : **SIMONE FERREIRA SIMAO ANDRADE**  
**ADVOGADOS** : **EDUARDO DE SOUSA SANTOS - MG154868**  
DANIELE APARECIDA SANTOS - MG147657  
JULIO CESAR FERRAZ DE LIMA - MG160973

**DECISÃO**

Trata-se de conflito de competência com pedido de liminar, em que são suscitantes as empresas SUPERMIX COMERCIAL S/A e RADIAL DISTRIBUIÇÃO LTDA., ambas em recuperação judicial, e suscitados, o JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE CONTAGEM - MG e o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA EMPRESARIAL DE FAZENDA PÚBLICA E REGISTROS PÚBLICOS DE CONTAGEM – MG, onde tramita a recuperação judicial.

As suscitantes informam que foi ajuizado pedido de recuperação na Justiça comum do Estado de Minas Gerais, o qual foi deferido (e-STJ fls. 3/5).

Relatam que (e-STJ fl. 6):

(...) figuram como parte em ambos os autos, juntamente com o grupo econômico do qual faz parte, sendo que na demanda trabalhista já sofreu vários atos de constrição de seus bens e está sob a eminência de ter outros bens constritos ou mesmo expropriados, o que desafia a competência universal do juízo da Recuperação Judicial, conforme restará demonstrado a seguir.

Discorrem sobre a competência do Juízo da recuperação e sobre a impossibilidade de o Juízo trabalhista dispor do patrimônio da empresa recuperanda, sob pena de prejuízo para os credores devidamente habilitados.

Postulam, em caráter liminar, a suspensão do processo trabalhista de n. 0010280-41.2017.5.03.0029 e a designação da Justiça comum para decidir as medidas urgentes (e-STJ fl. 17).

No mérito, pedem o reconhecimento da competência exclusiva do Juízo da recuperação judicial.

É o relatório.

Decido.

Encontram-se presentes os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, o que autoriza a concessão da liminar.

O perigo na demora decorre do risco de serem praticados atos de constrição patrimonial, capazes de interferir na execução do plano de recuperação judicial ou prejudicar a ordem de prioridade dos créditos.

O *fumus boni iuris*, por sua vez, também se configura, uma vez que a pretensão encontra amparo na jurisprudência do STJ e do STF, conforme julgados a seguir:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. ATOS DE EXECUÇÃO. MONTANTE APURADO. SUJEIÇÃO AO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/2005. RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Tanto sob a égide do Decreto-lei n. 7.661/1945 como da Lei n. 11.101/2005, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor.

2. Se, de um lado, há de se respeitar a exclusiva competência da Justiça laboral para solucionar questões atinentes à relação do trabalho (art. 114 da CF); por outro, não se pode perder de vista que, após a apuração do montante devido ao reclamante, processar-se-á no juízo da recuperação judicial a correspondente habilitação, ex vi dos princípios e normas legais que regem o plano de reorganização da empresa recuperanda. (AgRg no CC n. 101.628/SP, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/5/2011, DJe 1º/6/2011.)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Uma vez deferido o processamento da recuperação judicial, ao Juízo Laboral compete tão-somente a análise da matéria referente à relação de trabalho, vedada a alienação ou disponibilização do ativo em ação cautelar ou reclamação trabalhista.

2. É que são dois valores a serem ponderados, a manutenção ou tentativa de soerguimento da empresa em recuperação, com todas as consequências sociais e econômicas daí decorrentes - como, por exemplo, a preservação de empregos, o giro comercial da recuperanda e o tratamento igual aos credores da mesma classe, na busca da 'melhor solução para todos' -, e, de outro lado, o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos perante a justiça laboral.

3. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, *a fortiori*, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal.

(CC n. 112.799/DF, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/3/2011, DJe 22/3/2011.)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS EM PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL COMUM, COM EXCLUSÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INTERPRETAÇÃO DO DISPOSTO NA LEI 11.101/05, EM FACE DO ART. 114 DA CF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E IMPROVIDO.

I - A questão central debatida no presente recurso consiste em saber qual o juízo competente para processar e julgar a execução dos créditos trabalhistas no caso de empresa em fase de recuperação judicial.

II - Na vigência do Decreto-lei 7.661/1945 consolidou-se o entendimento de que a competência para executar os créditos ora discutidos é da Justiça Estadual Comum, sendo essa também a regra adotada pela Lei 11.101/05.

(...)

V - A opção do legislador infraconstitucional foi manter o regime anterior de execução dos créditos trabalhistas pelo juízo universal da falência, sem prejuízo da competência da Justiça Laboral quanto ao julgamento do processo de conhecimento.

(RE n. 583.955/RJ, TRIBUNAL PLENO, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, DJe 27/8/2009.)

Diante do exposto, DEFIRO A LIMINAR pleiteada, para determinar a suspensão dos atos executórios na reclamação n. 0010280-41.2017.5.03.0029, designando o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA EMPRESARIAL DE FAZENDA PÚBLICA E REGISTROS PÚBLICOS DE CONTAGEM – MG para decidir, em caráter provisório, as questões urgentes.

Oficie-se aos Juízos suscitados com urgência, comunicando o teor da liminar e requisitando o seguinte: (i) ao JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE CONTAGEM - MG, cópia da inicial, de eventuais embargos, sentença e, caso haja, de acórdãos, certidões de trânsito em julgado e cálculos de liquidação homologados, (ii) à 1ª VARA EMPRESARIAL DE FAZENDA PÚBLICA E REGISTROS PÚBLICOS DE CONTAGEM – MG, informação referente à eventual inclusão, no plano de recuperação judicial, dos bens penhorados na execução trabalhista.

Após, abra-se vista à Procuradoria-Geral da República, para parecer.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator